



Índice

- 01** [Encontro Indígena nesta quarta-feira](#)
- 02** [De canoa, ribeirinhos do AM encaram cheia e se unem na torcida pelo Brasil](#)
- 03** [Tocantins poderá ter novas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares](#)
- 04** [Comunidades tradicionais litorâneas correm risco de desaparecer](#)
- 05** [Museu da UFU tem mostra com fotografias dos Jogos Indígenas no Brasil](#)
- 06** [Ativistas pedem liberdade de índios tenharim suspeitos de mortes no AM](#)
- 07** [Incrá/MS cumpre imissão em posse de três imóveis na comunidade quilombola Furnas do Dionísio](#)
- 08** [MPF/AM recomenda regularização fundiária da comunidade ribeirinha Jatuarana](#)
- 09** [Documentário "Filho de Odália": Centro do Aguiar e a memória do latifúndio maranhense \(Parte 1 e 2\)](#)
- 10** [Documentário revela dificuldades dos índios Guarani na atualidade](#)
- 11** [Indígenas acampam em prefeitura e pedem educação diferenciada no PA](#)
- 12** [Tocantins poderá ter novas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares](#)
- 13** [Projeto alternativo auxilia comunidades paraenses na formulação do Cadastro](#)



Ambiental Rural

- 14** Indígenas realizam protesto no centro de Passo Fundo
- 15** Assejuv leva projeto Juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó
- 16** Novas comunidades quilombolas devem ser reconhecidas
- 17** Direitos da população quilombola e regularização fundiária debatidos em audiência
- 18** Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas: leia na íntegra
- 19** Índio é nós – Mostra de documentários indígenas
- 20** Memória dos Quilombos: África, Diáspora, Cabo Verde e Brasil
- 21** Aberta inscrição para encontros de povos tradicionais do Sul e Centro-Oeste
- 22** Terra Indígena Buriti: "Governo Federal dá por encerradas negociações com fazendeiros"
- 23** Guarani-Kaiowá e STF: Lewandowski denuncia "novo genocídio", mas G. Mendes alega que os K-G não estavam lá em 1988. Carmen Lúcia pede vista e adia conclusão de recurso contra demarcação
- 24** Mito indígena conta que Macunaíma nasceu no monte Roraima
- 25** Rede Globo: matéria sobre criança indígena amarrada na Praça repercute em toda Bahia
- 26** Indígenas reclamam da falta de sinalização nas rodovias federais de Mato Grosso
- 27** Documentário revela como os indígenas utilizam a tecnologia a seu favor
- 28** FUNAI quer fazer novo contorno na BR 158 e estrada passaria por fazendas



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

-
- 29** [Associação de quilombolas cancela reunião sobre demarcação de terras](#)
 - 30** [Encontros de povos tradicionais abrem inscrições](#)



Encontro Indígena nesta quarta-feira

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 24.06.2014

Como é parte das ações culturais para a Copa do Mundo, há viagem guiada livre até lá (ida e volta). Última chance

Lorenzo Falcão
Assessoria do Evento

Sem se aprofundar nas pesquisas e somando registros da história das etnias indígenas panará, xavante, waurá e kuikuro, lá se vão mais de três mil anos. São os conhecimentos e a cultura desses povos que estão em destaque no Museu de Pré-História Casa Dom Aquino, no VII Encontro Indígena, que acontece no Museu até amanhã (25).

O artesanato, a história, a pintura corporal, os costumes e cantos e danças dessas etnias estão em destaque no casarão histórico mato-grossense. Cerca de 60 índios e índias dessas etnias estão envolvidos. Desde o último dia 11, eles estão acampados no museu, que tem grande área verde, situado às margens do rio Cuiabá.

O museu vem recebendo a visita de cuiabanos e também de turistas de outros países, sendo que a maior parte deles veio a Cuiabá para assistir os jogos de seus países na Copa do Mundo.

O Museu de Pré-História integra o roteiro do Circuito Cultural Pontos do Mato. O ônibus sai, diariamente, da Praça Rachid Jaudy, sempre às 14 horas. Simultaneamente ao Encontro Indígena, o espaço está desenvolvendo também exposições e oficinas que exploram temas como a paleontologia e arqueologia.

Casa Dom Aquino

A Casa Dom Aquino é um Patrimônio Histórico do Estado de Mato Grosso e foi construído em 1842. Tem estilo colonial em formato de "U" com 12 cômodos, fachada voltada para o rio Cuiabá, que se encontra a poucos metros de distância. Esta residência é conhecida por alguns historiadores como a "Casa Predestinada", pois lá nasceram duas personalidades ilustres da história mato-grossense: Dom Aquino (1885-1956) e Joaquim Murtinho (1848-1911).

Murtinho foi precursor da medicina homeopática no Brasil e também teve carreira política. Foi ministro da Indústria Aviação e Comércio, da Fazenda e cinco vezes senador. Como empresário, fundou a Companhia Mate Laranjeira.

Dom Francisco de Aquino Correa foi bispo, arcebispo, governador de província, escritor e poeta. Fundou a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Estado e foi o primeiro mato-grossense a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

A Casa Dom Aquino atualmente abriga o Museu de Pré-história Casa Dom Aquino, inaugurado no dia 7 de dezembro de 2006 por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e o Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (ECOSS). O museu abriga uma exposição permanente de Arqueologia e Paleontologia e uma reserva técnica de mais de dezenas de milhares de peças.



De canoa, ribeirinhos do AM encaram cheia e se unem na torcida pelo Brasil

SÍTIO G1, 24.06.2014

Nem completo alagamento impede reunião para assistir a jogo da Seleção contra Camarões. Comunidade de Jandira tem estrada, casas e até carro debaixo d'água

Por Ivan Raupp/Andubá, AM

Camisas do Brasil, ambiente decorado em verde e amarelo, cerveja, petisco e a voz de Galvão Bueno na televisão. O cenário poderia ser comum. E é, até certo ponto. A diferença é o abismo de realidade que separa a comunidade de Jandira, no município de Andubá, na grande Manaus, no Amazonas, dos bares e das festas em geral pelo país em dia de jogo da Seleção. As cheias dos rios Negro e Solimões costumam durar de maio a julho, e a Copa do Mundo acontece bem no meio desse período. Das 64 comunidades ribeirinhas de Andubá, a maioria está completamente alagada. Estrada, casas e até carro estão debaixo d'água. A canoa virou o meio de transporte principal. Mas nada disso impediu que um grupo de 20 amigos se reunisse na casa da Família Araújo para torcer pelo Brasil na partida contra Camarões. A união, mais do que nunca nesse caso, faz a força.

O GloboEsporte.com alugou uma voadeira, embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, e foi ver de perto a festança. O acesso ao Porto Solimões, distante 10km da capital, já foi complicado. Chegando ao local, foi necessário caminhar por tábuas de madeira, com risco de cair na água, para alcançar o ponto onde seria iniciado o transporte aquático. O visual compensou o trabalho, mas as cenas seguintes durante a viagem de 25 minutos preocuparam. Eram muitas as casas sem condições de serem habitadas por conta da cheia.

A Família Araújo, que vive de agricultura, já sofreu muito com essas cheias da região. Foi vítima delas em diversas oportunidades. A mais grave para eles foi a de 2009. A água chegou a ficar 60cm acima do assoalho. Não estavam preparados para aquilo. Perderam móveis, roupas, toda a produção. Perderam a paz.

- O prejuízo foi grande, tanto material como no trabalho. É como se tivesse ficado desempregado. Não tinha como trabalhar - disse Raimundo "Preto", segundo filho do falecido líder da comunidade, Renato "Do Jandira".

A solução de imediato na época foi usar madeira para levantar a cozinha, que era menor e separada da casa, portanto o trabalho seria mais rápido. A família foi dividida. Uns ficaram meses na casa do filho mais velho de Renato, Reinaldo, incluindo todas as crianças, e outros ficaram na própria cozinha, espaço de apenas 27 metros quadrados onde tiveram ainda a companhia de alguns vizinhos que não tinham condições de ir para terra firme. No fim do mesmo ano, para não reviver o drama, pagaram carpinteiros para construir uma nova casa. Antes que ela ficasse pronta, porém, Seu Renato veio a falecer de cirrose hepática, aos 47 anos, deixando quatro filhos e a esposa, Maria José.

CONT.



Durante o jogo do Brasil, a foto de Renato do Jandira estava na parede da casa, junto da família e dos amigos. Era como se todos acreditassem na presença dele. A Seleção foi um fator de união entre todos, apesar das nítidas dificuldades.

- Apesar de a gente morar numa região distante, quase que isolada e num período de cheia, a gente aproveita esse momento para representar a seleção brasileira. Nós somos patriotas também. Apesar de precisar de canoa para se locomover, todo mundo se junta para poder assistir ao jogo. O nosso objetivo aqui é ver o Brasil ser campeão. Nós juntamos toda essa galera para ver a Seleção conquistar o Hexa - disse Raimundo, que assumiu a função de líder da família e também participa das decisões da comunidade.

Na atual cheia do Rio Solimões, a Família Araújo perdeu toda a sua produção de maracujá e mamão, suas principais fontes de renda. Mas eles não estão mais "desempregados" como antes. Mais experientes, dão seu jeito para plantar e vender principalmente repolho, pepino, cheiro verde e cebolinha, cujo cultivo é mais rápido. As outras 244 famílias da comunidade fazem o mesmo e encontram soluções. Por isso, a população de Jandira no geral não vê motivo para sair de lá.

- Só 10% querem sair daqui. Tem uma proximidade de Manaus, o ônibus demora só uma hora, tem escola local. A cheia prejudica, mas as pessoas já pensam logo no período que vem depois, pois o solo fica mais fértil. A água barrenta do rio carrega muita coisa e renova a terra - contou Raimundo.

A partida do Brasil não teve toda a Família Araújo em casa. A matriarca, dois filhos e todos os netos estão em Iranduba e Manaus para fugir da cheia. Mas quem estava lá vibrou, torceu, gritou, vaiou, reclamou. Como todo brasileiro. Teve pausa para o tradicional peixe com farinha. Não poderia faltar. Era pacu pescado na hora. E logo voltaram para mais vibração com a goleada canarina por 4 a 1 sobre Camarões, resultado que classificou a Seleção para as oitavas de final, onde enfrentará o Chile. A comemoração foi especial: um pulo coletivo no rio.

- Foi uma alegria muito grande poder comemorar essa vitória do Brasil. O Brasil une toda a população em torno da Copa do Mundo. A gente fica feliz - afirmou José Augusto, morador da comunidade do Jandira "porque quer", como gosta de dizer, e vereador do município de Iranduba.

A Família Araújo, a comunidade de Jandira e todas as outras que vivem nas mesmas condições dão exemplo diário de como viver sem reclamar. Mesmo nas adversidades, que são muitas, agradecem todos os dias pelo que têm. E o futebol ajuda a esquecer os problemas, é verdade. É um esporte que ajuda a unir, que é motivo de fortes emoções, que é a verdadeira paixão nacional. Para os ribeirinhos, pena que o campo mais próximo está completamente alagado. Só dá para enxergar o travessão. Mas só até o fim de julho. Depois disso, a alegria transmitida pela bola voltará a ser vivenciada por eles. E não só pela televisão.



Tocantins poderá ter novas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 24.06.2014

Nos próximos dias 2 e 3 de julho, o Tocantins recebe a visita de equipe técnica da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura, que vem ao Estado para emitir parecer sobre a certificação das comunidades quilombolas da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, localizadas no município de Mateiros/TO.

A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela FCP, desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos dos quilombolas. O Tocantins possui atualmente 28 comunidades reconhecidas no Estado. O trabalho de acompanhamento, apoio e busca pelo processo de certificação é realizado, no Tocantins, pela Secretaria de Defesa Social (SEDS), através do Departamento de Proteção aos Direitos Humanos e Sociais.

“Nós realizamos o levantamento histórico das Comunidades, encaminhamos essas informações à Fundação Cultural Palmares e solicitamos a emissão da certidão de autodefinição. Com isso as comunidades remanescentes de quilombos passam a ter mais acesso às políticas públicas sociais e de habitação do Governo Federal, por exemplo, entre outras melhorias”, destaca André Luiz Gomes da Silva, assessor executivo dos Afro-descendentes e dos Indígenas, da SEDS.

Por meio do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro (DPA), a FCP faz o acompanhamento, elabora relatório e esclarece possíveis dúvidas dos remanescentes de quilombos. Até hoje, a FCP já emitiu, em todo o País, 2024 certidões de autodefinição que reconhecem 2.427 comunidades quilombolas.

Entre os benefícios que o reconhecimento leva às famílias quilombolas estão a titulação do território, participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Programa Brasil Quilombola e a inserção no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Conceição do Tocantins

Na última semana, André Luiz realizou visitas técnicas às Comunidades Quilombolas de Água Branca, Matão e Santo Antônio, todas localizadas no município de Conceição do Tocantins, para coletar dados dessas comunidades para o processo de certificação como remanescentes de quilombo. Essas comunidades são formadas por 65 famílias, sendo 31 da Água Branca; 22 da Matão e 12 da São Antônio, que têm aproximadamente 140 anos de existência.



Comunidades tradicionais litorâneas correm risco de desaparecer

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 24.06.2014

Agência Brasil

Comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que vivem no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo correm o risco de desaparecer. Elas sofrem com a grilagem de terras na Serra do Mar, com o turismo de escala e com a falta de políticas públicas, como educação e infraestrutura. Para chamar a atenção sobre esses grupos, o Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba lança sábado (28) a campanha "Preservar é resistir- Em defesa dos territórios tradicionais". O lançamento será em Ubatuba.

De acordo com o integrante do fórum Wagner do Nascimento, um dos principais problemas na região é a sobreposição de unidades de conservação nas comunidades. Ele diz que a situação "engessa" a população e desassocia o homem da natureza, fator que garantiu a sobrevivência desses grupos até hoje. Na região, moradores e especialistas querem a recategorização das unidades para parque estadual ou reserva extrativista - modalidade criada pelo ambientalista Chico Mendes.

O vice-presidente da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, na Reserva da Juatinga, Francisco Xavier Sobrinho, explica que, na prática, morar em uma reserva significa ficar impedido de usar a natureza para sobreviver. Não se pode construir casas de barro, prática agroecológica, as tradicionais canoas caiçaras - esculpidas em um único tronco -, plantar e pescar. "Precisamos resistir para continuar aqui e assegurar o que temos para as novas gerações", disse.

Na divisa dos estados, o fórum destaca que a legislação atual prejudica as comunidades quilombolas Cambury e Fazenda Caixa, dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Serra do Mar. Em ambas, as práticas culturais são reprimidas. "Ou seja, a pessoa vive na pobreza em um território rico porque está impossibilitada de viver com dignidade, conforme suas gerações passaram", lembrou.

Mais próximo da cidade histórica de Paraty, o fórum denuncia que a sobreposição de unidades de conservação não permite a chegada de energia elétrica e a pavimentação de estradas originais, para não causar impacto ambiental. A situação afeta comunidades caiçaras na costa e indígenas da Aldeia Araçá. Vivendo em uma área apertada, o grupo tem dificuldade de acesso à água, a serviços de saúde, está superlotada e tem problemas com o descarte adequado de lixo.

"Os indígenas têm o território, que originalmente é deles, ameaçado pela especulação imobiliária para a abertura de novas áreas para condomínios e pousadas", disse Wagner.

Outro problema causado pela especulação imobiliária é a restrição imposta por condomínios de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

luxo a caiçaras de praias como a do Sono, que perderam o acesso ao mar. Agora, precisam passar por dentro do condomínio, em uma carro cedido pelos administradores para chegar aos barcos. O turismo na costa e em áreas de berçários de peixes, como o Saco do Mamangá, também avança e está entre as preocupações do fórum, em defesa da pesca artesanal.

Para mostrar como vivem, as comunidades fizeram um vídeo de cerca de dez minutos que lançam junto com a campanha "Preservar é resistir", na festa de São Pedro Pescador, sábado (28).



Museu da UFU tem mostra com fotografias dos Jogos Indígenas no Brasil

SÍTIO CORREIO DE UBERLÂNDIA, 24.06.2014

Pablo Pacheco Repórter

Em ano de realização da Copa do Mundo de Futebol em estádios brasileiros, o Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) apresenta a exposição "Jogos indígenas no Brasil: uma retrospectiva iconográfica", com imagens de 13 tribos brasileiras que já participaram das edições dos jogos.

Segundo a coordenadora do museu, Lídia Meirelles, os jogos dos povos indígenas representam uma oportunidade de preservação de traços culturais importantes. (Foto: Celso Ribeiro)

A exposição, que integra a 16ª Mostra Etnográfica do museu, mostra as diversas modalidades de jogos realizadas por diversas etnias indígenas brasileiras. Os "jogos indígenas" são realizados a cada dois anos em uma região do país.

"Não se trata, portanto, de uma simples competição, mas, algo maior, que contribui para o conagraçamento, o encontro e a troca. Os jogos são também uma possibilidade dos grupos observarem como cada povo mantém a sua cultura tradicional", diz a coordenadora.

A próxima edição dos Jogos Indígenas (13ª) vai acontecer em julho de 2015, em Palmas (TO), com presenças de tribos das Américas do Sul, Central e do Norte.

Modalidades

As modalidades disputadas nos Jogos Indígenas são variadas e atendem às peculiaridades de cada evento. A exposição em cartaz no Museu do Índio da UFU tem imagens de disputas de Arco e Flecha, Cabo de Guerra, Canoagem, Corrida com Tora, Xikunahity, Rõkrã, Luta corporal e Zarabatana.

"No momento em que o Brasil promove e recepciona um dos mais significativos encontros esportivos do mundo, torna-se interessante saber como distintas sociedades realizam e concebem seus esportes e qual o sentido e importância destes para sua cultura", afirma Lídia Meirelles, coordenadora do museu.

Serviço

A exposição "Jogos indígenas no Brasil: uma retrospectiva iconográfica" fica em cartaz até maio de 2015, no Museu do Índio (avenida Vitalino Rezende do Carmo, 116, Santa Maria). Visitação de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30. Entrada franca. Informações: 3236-3707.

Ativistas pedem liberdade de índios tenharim suspeitos de mortes no AM
SÍTIO G1, 24.06.2014

Apenas 1 índio fez parte do grupo que protestou em frente ao TJ de Rondônia. Pedidos são de não criminalização e liberdade aos líderes do povo tenharim.



Após 12 horas acampando em frente ao prédio do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), em Porto Velho, um grupo de 30 manifestantes deixou o local na manhã desta segunda-feira (23), após protocolar um documento que pede pela liberdade dos cinco índios tenharim, presos como suspeitos de assassinarem Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro. As vítimas tiveram seus corpos encontrados no dia 3 de fevereiro deste ano, em uma cova rasa dentro da Reserva Tenharim, no Sul do Amazonas, após desaparecerem, no dia 16 de dezembro de 2013, enquanto viajavam pela BR-319.

Os indígenas suspeitos do crime estão presos preventivamente desde o dia 30 de janeiro. Eles passaram pelo Centro de Ressocialização Vale do Guaporé e atualmente encontram-se a disposição da Justiça na Penitenciária de Médio Porte - Pandinha. As prisões dos índios aconteceram durante uma operação que teve participação de 400 homens da Polícia Federal, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os manifestantes alegam que o povo tenharim sofre com a ausência de seus líderes presos, porque dois deles são filhos do cacique Ivan, sendo que um deles deveria assumir o lugar do pai, encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2013. O outro índio é cacique da Aldeia Taboca, também na reserva Tenharim, Domisceno Tenharim.

CONT.



O único índio que integrou o manifesto foi José Humberto Tenharim, de 25 anos. Ele falou da indignação pela prisão do cacique. "Ele é nosso líder maior, nossos rituais estão comprometidos, o 'Mbotawa', que é a festa dos espíritos deveria acontecer em julho, mas já não sabemos mais. Todo o povo Tenharim está sofrendo com isso, interfere no nosso modo tradicional de viver", lamenta o indígena.

Os demais manifestantes são ativistas sociais de organizações não governamentais como o Instituto Madeira Vivo; Instituto Índia Amazônia; Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB); Rede de Educação Cidadã; Conselho Indigenista Missionário; Coletivo Jovem pela Sustentabilidade; Via Campesina; estudantes de sociologia e biologia da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e da doutoranda em história social pela Universidade de São Paulo (USP), Márcia Mura.

"Não há provas que confirmem a culpa dos índios e o habeas corpus é um direito constitucional. Um deles tem sérios problemas de saúde, por conta de um acidente vascular cerebral sofrido pouco tempo antes da prisão. A justiça pediu comprovação via laudo médico, mas não há como comprovar porque a Casa de Saúde Indígena, em Humaitá, foi incendiada", disse o manifestante Iremar Ferreira, de 44 anos, membro do Instituto Madeira Vivo, uma Organização Não Governamental de Porto Velho.

Por meio de sua assessoria, o TJ-RO informou que o documento protocolado pelos manifestantes contém apenas um teor explicativo sobre o protesto que foi pacífico e monitorado pelo órgão durante a madrugada desta segunda. "O documento não esclarece um pedido exato de soltura dos índios", disse a assessoria. Ainda de acordo com o TJ-RO, o homicídio aconteceu em um município do Amazonas onde não há um presídio com capacidade de abrigar os índios, e que por isso eles permanecem em Porto Velho. "A Justiça do Amazonas chegou a pedir a transferência dos indígenas, mas o pedido foi negado pelo desembargador Valter Oliveira. O julgamento na esfera federal não tem data definida para acontecer", diz o TJ-RO.

No dia 25 de dezembro de 2013, moradores dos municípios de Apuí e Humaitá, no Sul do Amazonas – região de conflito permanente entre os moradores e indígenas da reserva Tenharim – realizaram alguns manifestos para cobrar agilidade da PF-RO nas buscas pelos três homens, até então, desaparecidos. Populares atearam fogo em carros, barcos, além das sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá (AM). No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.



NOTÍCIA Incra/MS cumpre imissão em posse de três imóveis na comunidade quilombola Furnas do Dionísio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

Servidores do Incra em Mato Grosso do Sul, acompanhados de Oficiais de Justiça e agentes da Polícia Federal, foram à comunidade quilombola Furnas do Dionísio para dar cumprimento na imissão em posse de três imóveis intrusos à área quilombola, que está localizado no município de Jaraguari (MS), distante 35 Km da capital Campo Grande.

Segundo Mauro Jacob, servidor do Incra, a operação, que ocorreu no dia 17 de junho, transcorreu dentro da normalidade e apenas uma das áreas não pode ser imitada em posse porque o Mandado de Imissão determinava que o Incra fosse imitado apenas na área titulada do imóvel, ou seja, em apenas 23 de um total de 59 hectares. Entretanto, com base nas matrículas apresentadas, não é possível reconstituir os perímetros das áreas tituladas e dessa forma, não é possível extremar a área titulada da área total do imóvel. A área total da comunidade é de 1.018,27 hectares, sendo que as áreas ainda em posse de proprietários não-quilombolas constituem 75,2 hectares.

Furnas do Dionísio possui certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares; Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado; Portaria de Reconhecimento do Território editada; Decreto Presidencial publicado declarando a área de Interesse Social; avaliação dos imóveis de não-quilombolas incidentes ao território finalizada, bem como a cadeia sucessória dominial.

Existem, hoje, na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso do Sul, 18 comunidades com seus processos de regularização fundiária em andamento, sendo que duas já obtiveram seus títulos expedidos pelo Instituto, que são: Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara dos Buritis em Campo Grande e a Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel em Maracaju. Outras duas, possuem título expedido pela Fundação Cultural Palmares: Comunidade Furnas da Boa Sorte (Corguinho) e Furnas do Dionísio (Jaraguari).

História

A comunidade foi fundada em 1901, por Dionísio Antônio Vieira, ou apenas "Véio Dionísio", assim chamado por Dona Iracema, uma simpática moradora de 65 anos, que nunca se distanciou da comunidade. Ela conta que seu bisavô, ex-escravo, oriundo de Minas Gerais, deslocou-se com sua família na expectativa de encontrar solo produtivo no qual pudesse garantir a subsistência de seus familiares. O que ele encontrou foi muito mais do que uma terra fértil. A região escolhida por Dionísio possui paisagens naturais singulares, que surpreendem por tamanha beleza.

Furnas é constituída de pequenos sítios e chácaras, onde atualmente vivem cerca de 400 moradores, agrupados em 86 famílias que, assim como Dona Iracema, descendem diretamente de Dionísio. São eles, os "dionísios", o maior tesouro desta comunidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

Por meio da preservação das raízes e costumes herdados de seus fundadores, os moradores conseguem ter uma rotina muito parecida com a que tinham nos tempos de Dionísio. Apesar da idade, Dona Iracema ainda se levanta bem cedo para arar a terra e mudar o gado de pasto, enquanto seu marido cuida do engenho, de onde vem a maior parte do sustento da família. A produção de mandioca, cana-de-açúcar e seus derivados são a principal fonte de renda da comunidade, já que o excedente desta produção é comercializado com o Ceasa, na capital Campo Grande, ou vendida a visitantes.



MPF/AM recomenda regularização fundiária da comunidade ribeirinha Jatuarana
SÍTIO PR/AM, 24.06.2014

SPU deve articular com o Exército para concluir a segunda etapa do processo de regularização fundiária em favor dos moradores da comunidade em 90 dias

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) recomendou à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que conclua, em acordo com o Comando da 12ª Região Militar do Exército, no prazo de 90 dias, a segunda etapa do processo de regularização fundiária em favor dos moradores da comunidade tradicional ribeirinha Jatuarana, com expedição dos termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), em complemento ao processo já iniciado em 2013 naquela comunidade.

A comunidade Jatuarana está localizada em área utilizada pela 12ª Região Militar para o treinamento de guerra na selva, à margem esquerda do rio Amazonas, na zona rural de Manaus. O processo de regularização fundiária da comunidade já está em andamento, com a primeira fase finalizada e a maior parte das famílias já tendo recebido a CDRU.

Em dezembro de 2013, foram realizadas reuniões em que ficou acordado entre a Coordenadora de Amazônia Legal da SPU, o Superintendente da SPU no Amazonas e os moradores a realização de um novo encontro em fevereiro de 2014 para a continuidade e conclusão do processo, o que não ocorreu.

De acordo com a recomendação (link: http://www.pram.mpf.mp.br/institucional/acoes-do-mpf/recomendacao/2014/Recomendacao_jatuarana_SPU.pdf/view), o Exército Brasileiro, por meio do Comando da 12ª Região Militar, já manifestou, em várias reuniões, o interesse na regularização fundiária da área e os moradores que possuem interesse na regularização não têm divergências com a SPU e com o Exército quanto aos termos da CDRU.

Ameaça ao território – O MPF destaca na recomendação que existem ameaças ao território da comunidade em razão da existência de articulação para a construção de um complexo naval na região, de iniciativa do Estado do Amazonas, objeto de ação civil pública de autoria do MPF, em tramitação na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº 6962-86.2014.4.01.3200. Já foram, inclusive, realizadas reuniões na comunidade para tratar do empreendimento, quando foi levantada a possibilidade de remoção dos moradores da comunidade.

A regularização fundiária, de acordo com o MPF, além de concretizar direitos, confere segurança jurídica aos membros da comunidade perante os riscos impostos por terceiros sobre o território ocupado pelas comunidades.

A recomendação encaminhada pelo MPF à SPU também aponta que a concessão do direito de uso pela União aos moradores não está entre as hipóteses de limitação de doações e cessões

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

em ano eleitoral, pois representa o mero reconhecimento de um direito fundamental baseado na tradicionalidade das comunidades, não devendo ser confundido com qualquer ato discricionário ou benevolente do poder público característico de certas cessões em ano eleitoral.

As medidas para regularização fundiária das comunidades tradicionais não pode ser amoldada à ideia de distribuição gratuita de bens, sustenta o MPF, pois se trata apenas de homologação de uma situação pré-constituída, por meio da qual o poder público chancela uma realidade diferenciada, cumprindo as diretrizes de uma sociedade multicultural, envolvendo bens imóveis apropriados por várias gerações, não havendo margem para negar ou retardar a concretização desse direito fundamental.

A SPU tem o prazo de 20 dias para informar ao Ministério Público Federal sobre o acatamento da recomendação.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 3663-4252 / (92) 8415-5277
pram-ascom@mpf.mp.br
twitter.com/mpf_am



Documentário “Filho de Odália”: Centro do Aguiar e a memória do latifúndio maranhense (Parte 1 e 2)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=noHscHV5CAI

No Blog do Pedrosa

Em abril de 1986, o bispo de Bacabal, Dom Pascácio Rettler, excomungou o governador Luiz Rocha, por conta de um conflito fundiário, envolvendo o povoado Centro do Aguiar, no município de Lago do Junco, na Fazenda Nova Olinda.

Os fazendeiros Manuel Bezerra Neto e Adelino Pereira cercaram as terras onde instalaram a fazenda, incluindo a área de roça utilizada pelos moradores de Centro do Aguiar. O trabalhador rural Antônio Fontenele Araújo foi barbaramente assassinado a mando do fazendeiro, crime ladeado por muitas circunstâncias históricas, que merecem ser lembradas.

Como de costume, a Igreja ficou ao lado dos pobres. Os padres da diocese de Bacabal, liderados pelo bispo, exigiram das autoridades estaduais e federais providências relacionadas aos assassinatos de trabalhadores rurais da região, conhecida por sua violência. Os crimes – como sempre, no período – eram atribuídos à União Democrática Ruralista.

O governador Luiz Rocha, era um simpatizante da União Democrática e Ruralista-UDR, vinculado aos interesses políticos dos grandes proprietários rurais do sul do Maranhão. Apesar da gravidade do problema, em Centro do Aguiar, preferiu se omitir na tomada de providências. Ainda por cima acusou publicamente os padres da diocese de Bacabal de incentivarem a violência e comprarem armas para os trabalhadores.

Indignados, os onze bispos do Maranhão se reuniram em Teresina e emitiram uma Carta ao Povo de Deus, em que comunicaram a excomunhão do governador, Luiz Rocha; do secretário de Justiça e Segurança, Coronel Ribeiro Silva Junior e de toda a diretoria da UDR. O texto, após nominar cada um dos excomungados dizia: “pelas suas atitudes anti-evangélicas estão excluídos da comunhão eclesial, não tendo sentido continuarem recebendo os sacramentos que a Igreja oferece, enquanto não apresentarem sinais públicos de conversão à sabedoria evangélica”.

O governador boquirroto, para piorar a situação, em resposta, citou a Bíblia, ironicamente: “Ai dos que decretam leis injustas e editam escritos de opressão (Isaías, capítulo 10, versículo I). Continuarei amando o Deus de minha fé e comungando a hóstia mesmo que tenha eu próprio de fazê-la. Não quero continuar comungando outras hóstias feitas por mãos assassinas que misturam o trigo com o sangue dos inocentes”.

CONT.



Na Assembleia Legislativa, ouviu-se apenas as vozes dos opositores Luiz Pedro e Haroldo Saboia, solidários aos padres de Bacabal. Para embolar o silêncio eloquente da bancada governista, pecuaristas de todo o país, organizados pela UDR, numa reunião em Goiânia, homenagearam o governador Luiz Rocha.

A Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado, por determinação do governador, publicou a seguinte nota: "O senhor Governador do Estado, Dr. Luiz Rocha, tomou conhecimento da decisão de alguns bispos de excluí-lo do sacramento da comunhão. Ele entendeu que isto aconteceu pelo fato de ter demonstrado ao Brasil inteiro que alguns setores da Igreja Católica são os responsáveis pela violência no campo, provando inclusive que munições estrangeiras foram apreendidas em mãos de membros de comunidades dominadas por padres estrangeiros".

Por muitos e muitos anos, Centro do Aguiar continuou lutando pela terra prometida. Eu participei desta luta, logo após concluir o curso de direito, acompanhando os processos judiciais e administrativos relativos a esse histórico conflito. Desde 1986, o conflito se prolongou por mais quinze anos de luta, até a conclusão do processo de aquisição das terras. O Itermã criou projetos de assentamentos na localidade, mas deixou sem solução uma disputa em torno de 428 hectares, com o fazendeiro.

Em 1998, ao lado de Célia Correia Linhares e Domingos Dutra, atuei no processo criminal onde o líder rural, Zeca Leopoldo (o popular Zeca de Odália) fora preso, como resultado do processo instaurado na década anterior. Nós conseguimos libertar Zeca, e ainda recuperamos seu mandato de vereador, que havia sido cassado, pela mesa diretora da Câmara de Vereadores.

No ano de 2003, novamente ao lado de Domingos Dutra, atuei no júri popular, onde quatro trabalhadores rurais do povoado de Centro do Aguiar, foram levados a julgamento, no dia 30 de setembro daquele ano, acusados pela morte de Antônio Monteiro, consequência ainda do conflito com o proprietário da fazenda Nova Olinda.

Parte deste história foi contada pelos próprios trabalhadores rurais no documentário "Filho de Odália". Ali, a memória oral faz remontar o conflito a 23 de novembro de 1985, onde, num despejo forçado, com apoio de cento e quinze policiais militares, foi morto o idoso Manuel Monteiro. No dia seguinte, o também trabalhador rural, Antônio Fontenele, foi assassinado. Em 89, o conflito atingiu seu ponto culminante e o Estado registrou 21 homicídios no campo.

Tais acontecimentos não estão muito distantes do que ocorre hoje, visto que somos pela quarta vez consecutiva o campeão nacional de conflitos no campo, de acordo com o Relatório de Conflitos no Campo da CPT/2013. Eles apenas atesta a necessidade de manter viva a memória destas lutas para que a conjuntura política não promova a redenção dos nossos algozes, sem nenhuma reflexão crítica.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=M5PTYzhX_Ds



Documentário revela dificuldades dos índios Guarani na atualidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

https://www.youtube.com/watch?v=-u3_D-d5sAw&feature=player_embedded

Agrotóxicos, intervenção da indústria pecuária e agrícola, ganância e políticas excludentes estão entre alguns dos novos inimigos dos guerreiros guaranis, que, mesmo em condições adversas, permanecem resistindo. É sobre esse cenário de lutas por terras, por reconhecimento de direitos e respeito aos indígenas e camponeses que o documentário "Em busca da terra sem veneno" é apresentado.

O documentário traz depoimentos de líderes das tribos guaranis, do líder do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], João Pedro Stédille; do ator portorriquenho Benicio Del Toro e de agricultores, que apontam as causas para o desastre da falta de reforma agrária no Brasil, da falta de demarcação de terras e do uso insano de agrotóxicos na agricultura.

Os índios guaranis que, à época colonial, sofriam com a exploração dos colonizadores europeus sofrem agora com a exploração e intervenção de colonizadores modernos, de latifundiário, de políticos e com a invasão de suas terras por produtores agrícolas. Apesar de todas as ameaças os índios buscam novas terras sem males e sem veneno para a sobrevivência de sua gente.

Os depoimentos dos índios guaranis, que apontam que não há demarcação de terras no país, apenas promessas do governo federal e dos governos municipais, e as ameaças dos mercados de produção de soja, o perigo dos agrotóxicos nas aldeias e criação de gado no Estado do Mato Grosso são condições vividas pela população indígena.

O documentário mostra trechos de uma palestra ministrada por João Pedro Stédille, do MST, em que relembra as origens da colonização e a necessidade de se fazer uma verdadeira reforma agrária no Brasil. O líder Sem Terra traça um paralelo da atual exploração com a colonização e com o capitalismo moderno, e apresenta as reformas agrárias bem sucedidas feitas nos Estados Unidos, Europa e Japão. Outros depoimentos apontam que não há reforma agrária de verdade no Brasil e que o Brasil nunca fez nada para mudar de fato a situação.

Críticas feitas ao governo de Lula e a outros governos que tiveram chances de concretizar uma reforma agrária justa no país não são poupadas e fazem refletir sobre os empecilhos provocados pelos detentores do poder e pela camada burguesa brasileira, que insiste em concentrar renda ao invés de desenvolver um mercado consumidor mais amplo.

Indígenas acampam em prefeitura e pedem educação diferenciada no PA
SÍTIO G1, 24.06.2014

*Eles querem reunião com prefeito de Santarém, Alexandre Von.
Segundo eles, direito à educação diferenciada está sendo negado.*



Indígenas da região do Tapajós e Arapiuns acampam na prefeitura de Santarém, oeste do Pará, nesta terça-feira (24). Eles reivindicam pela educação diferenciada, direito que, segundo eles, está sendo negado pelo poder público municipal.

Os manifestantes querem uma reunião com o prefeito e ameaçam acampar na prefeitura até serem atendidos.

De acordo com o líder da aldeia indígena Novo Lugar, Poró Borari, a Secretaria Municipal de Educação fechou uma escola de educação indígena da região do Tapajós e outros estabelecimentos de ensino podem ser fechados. "Eles alegam a questão do número de alunos, mas a gente sabe que, pela Constituição, a gente conseguiu nossos direitos", afirmou. Segundo ele, os povos também querem participação na formulação do ensino indígena.

"A gente também vem reivindicar que, o próprio Município deixou bem claro que vai passar a responsabilidade para o Estado. É uma questão muito burocrática porque, tem regiões que funcionam a educação ficar sob a ação do Estado executar, mas tem regiões que não

CONT.



funcionam. Eles não levam em consideração a questão geográfica. Os Tembé, por exemplo, funciona ficarem dependente do Estado porque é próximo [a Belém]. Já não funciona para cá porque é distante. Queremos que o Município continue fazendo suas ações e queremos participar das discussões, da implementação das ações de políticas públicas", destacou Poró Borari.

A secretária de educação, Irene Escher, afirmou que a educação indígena não é responsabilidade do governo municipal, mas que irá reunir com outros órgãos para que um posicionamento seja repassado aos indígenas. "O Município não tem competência ainda para responder sobre as escolas indígenas ou sobre a educação escolar indígena, uma vez que o recurso é federal e deve ser repassado ao Estado", alegou.

A Polícia Federal e o Grupamento Tático Operacional (GTO) da Polícia Militar foram ao local negociar com os manifestantes. A polícia informou que o prefeito está cumprindo agenda e só poderá receber o grupo para uma reunião nesta quarta-feira (25), às 16h.



Tocantins poderá ter novas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela FCP, desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos dos quilombolas

Carlla Morena, Surgiu

Nos próximos dias 2 e 3 de julho, o Tocantins recebe a visita de equipe técnica da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura, que vem ao Estado para emitir parecer sobre a certificação das comunidades quilombolas da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, localizadas no município de Mateiros/TO.

A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela FCP, desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos dos quilombolas. O Tocantins possui atualmente 28 comunidades reconhecidas no Estado. O trabalho de acompanhamento, apoio e busca pelo processo de certificação é realizado, no Tocantins, pela Secretaria de Defesa Social (SEDS), através do Departamento de Proteção aos Direitos Humanos e Sociais.

“Nós realizamos o levantamento histórico das Comunidades, encaminhamos essas informações à Fundação Cultural Palmares e solicitamos a emissão da certidão de autodefinição. Com isso as comunidades remanescentes de quilombos passam a ter mais acesso às políticas públicas sociais e de habitação do Governo Federal, por exemplo, entre outras melhorias”, destaca André Luiz Gomes da Silva, assessor executivo dos Afro-descendentes e dos Indígenas, da SEDS.

Por meio do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro (DPA), a FCP faz o acompanhamento, elabora relatório e esclarece possíveis dúvidas dos remanescentes de quilombos. Até hoje, a FCP já emitiu, em todo o País, 2024 certidões de autodefinição que reconhecem 2.427 comunidades quilombolas.

Entre os benefícios que o reconhecimento leva às famílias quilombolas estão a titulação do território, participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Programa Brasil Quilombola e a inserção no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Conceição do Tocantins

Na última semana, André Luiz realizou visitas técnicas às Comunidades Quilombolas de Água Branca, Matão e Santo Antônio, todas localizadas no município de Conceição do Tocantins, para coletar dados dessas comunidades para o processo de certificação como remanescentes de quilombo. Essas comunidades são formadas por 65 famílias, sendo 31 da Água Branca; 22 da Matão e 12 da São Antônio, que têm aproximadamente 140 anos de existência.



Projeto alternativo auxilia comunidades paraenses na formulação do Cadastro Ambiental Rural

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.06.2014

Declarações falsas de latifundiários sobre posse de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades geram impasse na demarcação de territórios quilombolas. Projeto exige mais elementos na elaboração do Cadastro

Terra de Direitos

Na última semana, seis comunidades quilombolas do estado do Pará foram contempladas com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) para acelerar a demarcação de territórios quilombolas no Brasil. No entanto, o cadastro não foi obtido pelo modo convencional. Foi necessário um projeto alternativo para que as comunidades conseguissem elaborar o CAR, já que latifundiários e madeireiros estavam reivindicando a posse de terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades.

A formulação do cadastro é declaratória, ou seja, pode ser feita por qualquer pessoa referente a qualquer lugar. Esse mecanismo cria uma corrida desigual para a obtenção do CAR: de um lado, estão as madeireiras e os latifundiários que investem grandes recursos para formulá-lo; de outro, comunidades quilombolas, tradicionais e indígenas que travam uma luta histórica pela demarcação de seus territórios. Por conta dos recursos investidos, os latifundiários são os que conseguem declarar posse dessas terras mais rapidamente, gerando impasses na identificação dos territórios.

Para garantir a participação das comunidades tradicionais da região de Santarém no processo de declaração do uso da terra através do CAR, o STTR propôs que o projeto de formulação do Cadastro tivesse que apresentar obrigatoriamente elementos fundiários e ambientais relevantes.

O Cadastro é um documento declaratório do uso de áreas rurais que discrimina as áreas de reserva legal, área de preservação permanente e a área de uso intensivo e assim permite em tese o controle sobre irregularidades ambientais. A obrigatoriedade desse documento já existia no Pará e foi nacionalizada pelo texto do novo Código Florestal.

A obrigatoriedade do CAR, entretanto, é alvo de críticas pelos próprios movimentos camponeses pela dificuldade de obtê-lo, além da importância indevida que adquiriu para o recebimento de crédito em instituições financeiras e para órgãos públicos que exigem sua apresentação para o acesso a políticas públicas.

O CAR para as comunidades da Rodovia Curua-Uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

A maior parte das seis comunidades fica na região conhecida como Gleba Ituqui e, apesar de estarem localizadas perto das áreas de assentamento, são ainda de posseiros sem nenhum reconhecimento de sua posse. Para os moradores da comunidade Sagrado Coração de Jesus, no km 68 da PA-370, a elaboração do CAR é uma conquista apesar dos seus limites. A identificação das formas de uso e destinação da terra promoveu um debate sobre as técnicas de agricultura utilizada pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que preenche uma obrigação pelo Estado. No entanto, a elaboração do CAR só foi possível pela iniciativa do projeto, do contrário não conseguiriam adquiri-lo.

O projeto até agora

A equipe técnica responsável pelo projeto iniciou seus trabalhos em 2013. Desde então, a maioria dos CAR entregues foram da modalidade 'coletiva', em adequação aos territórios descritos. Os sujeitos envolvidos foram agroextrativistas, ribeirinhos e quilombolas. Durante o trabalho foram identificadas várias declarações falsas feitas aos órgãos ambientais por madeireiros, sojeiros e grandes empresas. Os órgãos responsáveis já foram informados.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Pedro Martins.

Indígenas realizam protesto no centro de Passo Fundo

SÍTIO VANG FM, 24.06.2014



Um grupo de pelo menos 100 indígenas, vindos de toda a região norte do Estado, realizaram na manhã de hoje um protesto em Passo Fundo. O grupo cobra atitudes de órgãos como a Funai e da própria justiça contra o que chamam de descaso.

Pacificamente os índios bloquearam a rua Saldanha Marinho, em frente ao SESAI, órgão responsável pela saúde dos índios. Lá foram entregues documentos relatando a situação das famílias, muitas vindas da área de Faxinalzinho. Após o manifesto o grupo seguiu em direção à Funai, no bairro Boqueirão, onde também entregaram documentos aos responsáveis.



Assejuv leva projeto Juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó
SÍTIO VEJA DE TUDO, 24.06.2014

Na ocasião, discutiu-se também políticas públicas de juventude indígena

O Assessor Especial da Juventude, Thiago Higino, esteve no município de Feijó para participar de reunião com a Associação da Juventude Indígena e para levar o projeto juventude na Comunidade à comunidade indígena de Feijó.

O projeto Juventude na Comunidade é desenvolvido pela Assessoria Especial da Juventude (Assejuv), nos bairros da capital e municípios do Acre, com o objetivo de levar esporte e lazer para os jovens.

Além de incentivar a prática de esportes na comunidade indígena de Feijó, a Assejuv participou de reunião, na qual discutiu sobre políticas públicas de juventude indígena para aquela comunidade e para fazer um debate preliminar sobre o primeiro Encontro Estadual de Juventude indígena, prevista para o próximo mês.

A reunião aconteceu na quinta-feira (19), no período da manhã e o projeto Juventude na Comunidade, no período da tarde. "Em Feijó, construímos parcerias, firmamos compromissos e rompemos limites por uma política efetiva de garantia de direitos aos que mais precisam!", declarou Thiago Higino.



Novas comunidades quilombolas devem ser reconhecidas

SÍTIO REDE TO, 24.06.2014

Nos próximos dias 2 e 3 de julho, o Tocantins recebe a visita de equipe técnica da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura, que vem ao Estado para emitir parecer sobre a certificação das comunidades quilombolas da Margem do Rio Novo, Rio Preto e Riachão, localizadas no município de Mateiros/TO.

A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela FCP, desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos dos quilombolas. O Tocantins possui atualmente 28 comunidades reconhecidas no Estado. O trabalho de acompanhamento, apoio e busca pelo processo de certificação é realizado, no Tocantins, pela Secretaria de Defesa Social (SEDS), através do Departamento de Proteção aos Direitos Humanos e Sociais.

“Nós realizamos o levantamento histórico das Comunidades, encaminhamos essas informações à Fundação Cultural Palmares e solicitamos a emissão da certidão de autodefinição. Com isso as comunidades remanescentes de quilombos passam a ter mais acesso às políticas públicas sociais e de habitação do Governo Federal, por exemplo, entre outras melhorias”, destaca André Luiz Gomes da Silva, assessor executivo dos Afro-descendentes e dos Indígenas, da SEDS.

Por meio do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro (DPA), a FCP faz o acompanhamento, elabora relatório e esclarece possíveis dúvidas dos remanescentes de quilombos. Até hoje, a FCP já emitiu, em todo o País, 2024 certidões de autodefinição que reconhecem 2.427 comunidades quilombolas.

Entre os benefícios que o reconhecimento leva às famílias quilombolas estão a titulação do território, participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Programa Brasil Quilombola e a inserção no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Conceição do Tocantins

Na última semana, André Luiz realizou visitas técnicas às Comunidades Quilombolas de Água Branca, Matão e Santo Antônio, todas localizadas no município de Conceição do Tocantins, para coletar dados dessas comunidades para o processo de certificação como remanescentes de quilombo. Essas comunidades são formadas por 65 famílias, sendo 31 da Água Branca; 22 da Matão e 12 da São Antônio, que têm aproximadamente 140 anos de existência.

Da Ascom/SEDS



Direitos da população quilombola e regularização fundiária debatidos em audiência
SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 24.06.2014

Populações tradicionais estão sendo expulsas de suas terras ou impedidas de cultivá-las

A questão fundiária das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo foi debatida na audiência pública Direitos da População Quilombola e Regularização Fundiária, que aconteceu nesta terça-feira, 24/6. A reunião foi convocada pela Subcomissão dos Quilombolas, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais da Assembleia Legislativa (CDH).

Estavam presentes os deputados Marco Aurélio de Souza (PT), presidente da subcomissão, Adriano Diogo (PT), presidente da CDH e Leci Brandão (PCdoB), representantes das comunidades São Pedro, Fazenda do Pilar, Camargos e dos Quilombos Caxambu e Nossa Senhora do Carmo, entre outras, além de representantes de órgãos públicos.

A palavra foi inicialmente dada aos representantes das comunidades. Francisco de Melo, da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), apontou a falta de vontade dos gestores públicos para com a questão quilombola, cuja população tradicional está sendo expulsa de suas terras por latifundiários e mineradoras. Esses moradores expulsos acabam indo para as cidades, onde são marginalizados.

Dizendo estar cansado de promessas não cumpridas, Melo ressaltou que os únicos órgãos estatais que dão apoio são os ministérios públicos estadual e federal. Ele cobrou ainda do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) reconhecimento e respeito às documentações legais que muitas comunidades têm, e reclamou da validação por juízes de expulsão de quilombolas de suas terras tradicionais.

Políticas públicas necessárias

As queixas sobre a falta de ação dos órgãos públicos e de políticas públicas de saúde e educação e a dificuldade da luta contra o poder econômico foram ecoadas por Enoque da Silva, da Comunidade Fazenda do Pilar; João Franco, representante das comunidades de Salto de Pirapora, Votorantim e Sorocaba; Luiz Marcos, da Comunidade São Pedro, do Vale do Ribeira; Orlando José da Silva, do Quilombo Caxambu; Valdir José Leite, do Quilombo Nossa Senhora do Carmo; e Regina Aparecida Pereira, do Quilombo Cafundó.

A advogada Maria Tibúrcio de Araújo Rocco reclamou da falta de cumprimento, pelo Incra, na Normativa 57, que reconhece o direito das populações a seus territórios históricos. Lembrou que no caso da Comunidade Camargos, há título de terra imprescritível datado de 1874 que não está sendo respeitado. Convidou os deputados para verem as precárias condições de vida dos quilombolas.

CONT.



Nilton Tatto, do Instituto Socioambiental (ISA), falou do Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, que pode ser baixado em www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/inventario-cultural-de-quilombos-do-vale-do-ribeira. Da Coordenação de Políticas para População Negra e Indígena da Secretaria de Justiça, Maura Paz alertou para o fato de as prefeituras de cidades com quilombos recebem recursos adicionais para atender a essa população. Se o dinheiro não chega, é necessário cobrar.

Luta contra poder econômico

"A estrutura agrária do Brasil ainda é oriunda do período colonial, pois o país não fez a necessária reforma agrária", afirmou o promotor do Ministério Público Estadual Eduardo Ferreira Valério. Ele disse ainda que a luta, hoje, é contra o agronegócio e mineradoras, que têm grande peso econômico e político, portanto deve-se ter estratégia para fazer cumprir as leis já existentes.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e estabelece a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las como as atividades mineradoras, resaltou a defensora pública da União, Mariana Preturlan.

Ela citou ainda uma ação civil pública em favor da comunidade quilombola de Bombas, no município de Iporanga. O defensor público Andrew Toshio Hayama, responsável pela ação, disse que o objetivo da ação é dar direito àquela população ao cultivo tradicional e ainda recebimento dos direitos sociais básicos. Segundo Toshio, "é inaceitável que condicionantes ambientais impeçam a vida na comunidade".

Estavam presentes na mesa dos trabalhos também o representante da Fundação Florestal, Cesaltino Silva Júnior; da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Carlos Henrique Gomes; e, do Incra, Sinésio Campos. Na abertura da reunião, o hino nacional foi executado pela Associação Cultural Afro-Brasileira Voz dos Tambores, cuja proposta é resgatar a cultura afro-indígena-brasileira. Também houve a apresentação da música Leilão por Cícero Prado e Chiquinho Rodrigues.



Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas: leia na íntegra

SÍTIO DIOCESE DE ERECHIM, 25.06.2014

Íntegra do documento 'Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas', preparado por uma comissão instituída pelo bispo de Roraima, Dom Roque Paloschi, que o assina. Está publicado também no site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

"A Igreja está na Amazônia não como aqueles que têm as malas na mão, para partir depois de terem explorado tudo o que puderam". (Papa Francisco aos Bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013.)

O nosso país intensificou, nos últimos anos, uma política de crescimento econômico que passa pela exploração dos recursos naturais para a exportação. Este modelo econômico não é novo e já nos legou marcas de desigualdade social e de injustiça ambiental: os benefícios ficam na mão de poucos, enquanto os impactos e prejuízos, muitos deles irreversíveis, pesam sobre as costas de comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas e quilombolas; repercutem ainda no inchaço de muitas de nossas cidades. Mesmo não sendo um modelo novo, estamos assistindo a sua intensificação, fazendo lembrar as políticas do mal chamado "desenvolvimento", que o Regime Militar impulsionou na década de 1970.

Tal realidade é mais gritante na região amazônica. Dezenas de projetos de médias e grandes hidrelétricas estão barrando o curso dos rios que formam a bacia amazônica. Do Teles Pires ao rio Branco, do Madeira ao Tapajós e o Xingu, passando por outras barragens projetadas sobre rios amazônicos de países vizinhos, como Peru e Bolívia. Os impactos ambientais desses grandes projetos são incalculáveis e irreversíveis, já suficientemente demonstrados por estudos científicos e pela própria experiência de projetos passados. E os impactos sobre os territórios e a vida de tantas comunidades ribeirinhas e indígenas, considerando particularmente os povos indígenas isolados, serão gravíssimos.

Os grandes projetos hidrelétricos não são pensados para as comunidades e regiões locais. Respondem a interesses maiores, de grandes empresas nacionais e transnacionais e ao ídolo do crescimento macroeconômico que a miopia política insiste em perseguir. Hidrelétricas e Mineração sempre andaram juntas: todo projeto hidrelétrico abre a porta, favorece e alimenta os grandes projetos de mineração para exportação que rondam a Amazônia.

O Governo Federal propõe-se a multiplicar por quatro a exploração mineral em nosso país até 2030. No decorrer dos próximos anos, incrementará grandes projetos extrativos, razão pela qual se empenha, junto com o Congresso Nacional, pela aprovação do Novo Código de Mineração. Circula ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1610/99. Este Projeto de Lei visa regulamentar a mineração em terras indígenas, sem garantir salvaguardas sobre lugares sagrados nem medidas para proteger a vida das comunidades.

A Amazônia, como se sabe, é região cobiçada pelos interesses minerários que reúnem grandes
CONT.



empresas transnacionais a setores políticos e econômicos de nosso país. Recordamos os 30 anos da exploração no Carajás como prova de que a mineração em grande escala traz consequências funestas: é um tipo de economia que absorve a maior parte dos empreendimentos econômicos sem conseguir diversificá-los nem construir uma perspectiva de sustentabilidade na região. Provoca a chegada de milhares de trabalhadores, a criação espontânea de vilas e cidades e o acúmulo de toneladas de rejeitos. Não existem experiências bem sucedidas de políticas preventivas ao fim do minério. Quando a exploração mineira se esgota (muitas vezes antes do previsto), os impactos deixados se tornam irreversíveis e a recuperação social, econômica e ambiental fica comprometida.

A quem pode interessar um crescimento econômico assim? É este o desenvolvimento em que acreditamos, aquele que gera vida para todos e vida em abundância?

No mês de maio, povos indígenas de Roraima, Guiana e Venezuela, junto com o CIMI, o ISA e outros, reuniram-se na comunidade de Tabalascada no I Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas. Nesse encontro, os povos indígenas levantaram sua voz firme e clara contra esses grandes projetos em seus territórios. "Para nós, o que tem importância é a terra, a vida, as florestas, os animais, a cultura, a tranquilidade e essa forma de vida garantida para nossas futuras gerações", afirma o documento final do encontro. Do território guianense, 68% podem ser afetados por projetos de mineração e hidrelétricas. Na Venezuela, avançam as concessões de vastas áreas amazônicas do país para empresas chinesas, enquanto 90% das terras indígenas ainda não foram demarcadas. O Brasil, além de encaminhar propostas legislativas visando permitir e facilitar esses empreendimentos nos territórios indígenas, já vem comprometendo recursos públicos (de todos nós!) no financiamento de grandes projetos em países vizinhos, como Peru, Bolívia e Guiana.

Os povos indígenas têm o direito de serem consultados e definirem livremente o caminho que querem seguir. Em uma Nota da Hutukara Associação Yanomami – HAY, Davi Kopenawa Yanomami afirma sabiamente: "Nós não somos contra o desenvolvimento: nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós [...]. Nós, Yanomami, temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas". Os Estados, por sua vez, têm o dever legal e moral de consultar os povos indígenas sobre quaisquer empreendimentos ou iniciativas legislativas que os afetem, e, em decorrência, respeitar suas decisões.

Os povos amazônicos são portadores de uma enorme contribuição para a vida e o nosso futuro. Sua profunda espiritualidade, sua relação com a Mãe-Terra, com as florestas, os rios e todas as formas de vida com que convivem; seu impressionante acervo de conhecimentos aponta caminhos diferentes e humanizadores para todos nós.

Mineração e Hidrelétricas são faces de um projeto econômico que é lesivo não apenas para os povos indígenas, mas para toda a sociedade e o planeta. Agride a Vida e compromete as gerações que virão depois de nós. Como diz o Documento de Aparecida, conclusivo da V Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe: "Nossa irmã a mãe terra é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação. Desatender

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida". (DAp.125).

Boa Vista (RR), 06 de junho de 2014

Roque Paloschi, bispo da Diocese de Roraima

Fonte: Rádio Vaticano



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

Índio é nós – Mostra de documentários indígenas
SÍTIO ÍNDIO É NÓS, 25.06.2014



CURADORIA
Tatiana Soares de Almeida
[Vídeo nas Aldeias]

ORGANIZAÇÃO
Fabio Camarneiro
[Universidade Federal do Espírito Santo]
Fabio Weintraub
[Índio é nós]

APOIO
Matilha Cultural
Tel. 11 3256-2636
www.matilhacultural.com.br

Índio é nós – Mostra de documentários indígenas. Entrada gratuita.

De 25 a 29 de junho de 2014

Local: Matilha Cultural

Rua Rego Freitas, 542, República
01220-010 São Paulo

Tel. 011 3256-2636

<http://www.matilhacultural.com.br>

Curadoria: Tatiana Soares de Almeida (Vídeo nas Aldeias)

Organização: Fabio Camarneiro (Universidade Federal do Espírito Santo) e Fabio Weintraub (Índio é nós)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

Apoio: Matilha Cultural

Programação

25/06 – quarta-feira

20h às 22h

Pemp

(1988, 27'. Direção: Vincent Carelli. Povo: Gavião-Parakatêjê)

A saga dos índios Parakatêjê/Gavião para manter sua identidade cultural e autonomia política frente aos megaprojetos de desenvolvimento implantados pelo governo federal, no sul do Pará. Os índios conquistaram sua independência econômica exigindo indenizações das estatais. Kokrenum, líder do grupo e um dos poucos depositários das tradições, luta incansavelmente para "segurar" este patrimônio cultural para as próximas gerações. Agora ele tem no vídeo seu melhor aliado para esta empreitada.

A gente luta mas come fruta

(2006, 40'. Direção: Isaac Pinhanta e Wewito Piyãko. Povo: Ashaninka).

Os Ashaninka da aldeia Apiwtxa, no rio Amônia, estado do Acre, registram o trabalho de recuperação dos recursos de sua reserva e repovoamento de seus rios e matas com espécies nativas. Em paralelo, refletem sobre a luta contra os madeireiros que invadem seus territórios, na região de fronteira com o Peru.

Shomõtsi

(2001, 42'. Direção: Isaac Pinhanta e Wewito Piyãko. Povo: Ashaninka).

Crônica do cotidiano de Shomõtsi, um Ashaninka da fronteira do Brasil com o Peru. Professor e um dos cineastas da aldeia, Wewito retrata seu tio turrão e divertido.

26/06 – quinta-feira

20h às 22h

Xinã Bena/ Novos tempos

(2006, 52'. Direção: Zezinho Yube. Povo: Hunikuï/ Kaxinawá)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

Dia-a-dia da aldeia Hunikui de São Joaquim, no rio Jordão, estado do Acre. Augustinho, pajé e patriarca da aldeia, sua mulher e seu sogro, relembram o cativo nos seringais e festejam os novos tempos. Agora, com uma terra demarcada, eles podem voltar a ensinar as suas tradições para seus filhos e netos.

Kene Yuxi/ As voltas do Kene
(2010, 48'. Direção: Zezinho Yube. Povo: Hunikuĩ/Kaxinawá).

Ao tentar reverter o abandono das tradições de seu povo e seguindo as pesquisas de seu pai, o professor e escritor Joaquim Maná, Zezinho Yube corre atrás dos conhecimentos dos grafismos tradicionais das mulheres Hunikuĩ, auxiliado por sua mãe.

27/06 – sexta-feira

19h às 21h

Corumbiara

(2009, 117'. Direção: Vincent Carelli. Povos: Akuntsu e Kanoê)

Em 1985, o indigenista Marcelo Santos denuncia um massacre de índios na Gleba Corumbiara (RO) e Vincent Carelli filma o que resta das evidências. Bárbaro demais, o caso passa por fantasia e cai no esquecimento. Marcelo e sua equipe levam anos para encontrar os sobreviventes. Duas décadas depois, “Corumbiara” revela essa busca e a versão dos índios.

28/junho – sábado

19h às 20h30

Desterro guarani

(2011, 38'. Direção: Ariel Ortega, Ernesto de Carvalho, Patrícia Ferreira e Vincent Carelli. Povo: Mbya Guarani)

Ariel Ortega faz uma reflexão sobre o processo histórico do contato dos Mbya Guarani com os colonizadores e tenta entender como seu povo foi despossuído de suas terras.

Bicicletas de Nhanderu

(2010, 45'. Direção: Ariel Ortega e Patrícia Ferreira. Povo: Mbya Guarani)

CONT.



Uma imersão no cotidiano e na espiritualidade dos Mbya Guarani da aldeia de Koenju, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

Após os filmes, haverá um bate-papo com a cineasta e pesquisadora Ilana Feldman, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

29/06 – domingo
20h às 22h

Eu já fui seu irmão

(1993, 32'. Direção: Vincent Carelli. Povo: Gavião-Parakatêjê e Krahô)

Documentário sobre o intercâmbio cultural entre os Parakatêje, do Pará e os Krahô do Tocantins, que embora falem a mesma língua, nunca haviam se encontrado antes. Kokrenum, líder dos Parakatêjê e preocupado com a descaracterização do seu povo, resolve conhecer uma aldeia Krahô que conserva muitas de suas tradições. Um ano depois, os Parakatêjê retribuem o convite. No final, os chefes selam um pacto de amizade entre os dois povos.

De volta à terra boa

(2008. 21'. Direção: Vincent Carelli e Mari Corrêa. Povo: Panará)

Homens e mulheres Panará narram a trajetória de desterro e reencontro de seu povo com seu território original, desde o primeiro contato com o homem branco, em 1973, passando pelo exílio no Parque do Xingu até a luta e reconquista da posse de suas terras.

Boca livre no Sararé

(1992, 27'. Direção: Vincent Carelli. Povo: Nambiquara)

Em 1991, mais de seis mil garimpeiros invadem a reserva dos índios Nambiquara do Sararé. Ao mesmo tempo, madeireiras saqueiam suas matas ricas em mogno, madeira em extinção na Amazônia. Pressionando o Banco Mundial, com o qual o governo de Mato Grosso negocia um empréstimo, consegue-se a retirada dos invasores. Mas o roubo de madeira prossegue e a volta dos garimpeiros pode ocorrer a qualquer momento.



Memória dos Quilombos: África, Diáspora, Cabo Verde e Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.06.2014

Uma pesquisa de Ademir Barros dos Santos* e Nuno Rebocho**, Por dentro da África

Cabo Verde e Brasil – “Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”.

É assim que Alfredo Bosi inicia seu Dialética da colonização, e é seguindo tão precioso conselho que se inicia, aqui, este estudo.

Isto posto, necessário se faz recorrer ao que ensina Kabengele Munanga, em Origem e histórico do quilombo na África: é o que se faz, a seguir.

Quilombos e Quilombolas

Segundo Munanga, ele mesmo africano do Congo e falante nativo de idioma da família bantu, a palavra “quilombo” tem origem quimbundo, idioma do povo mbundo de Angola, visto que a raiz _lombo se refere “indubitavelmente, ao ritual de circuncisão; ali, a palavra ochilombo ainda remete ao sangue desta iniciação que, em outros idiomas de mesma raiz, como cokwe e quimbundu, é designada por termo completamente diferente: mukanda”.

Sobre o mesmo termo, é mister que se informe que Mário Henrique Simonsen o aponta também no umbundo, sob a forma ochilombo já citada, mas que, para este autor, designa, originalmente, lugar de pousio, cemitério, ligado à chamada religião vodú.

Mas, na diáspora africana de colonização portuguesa, o termo ganhou o significado de comunidades autônomas de escravos fugitivos, o que exige explicação, mesmo que em ligeira pinceladas.

A origem dos quilombos africanos

Um dos mais arraigados e difundidos costumes africanos é o ritual de iniciação dos jovens que, somente a partir dele, deixam de ser considerados crianças, iniciando vida adulta; neste ritual, a circuncisão é o momento mais importante para os homens que, antes dela, são vistos como assexuados e, só a partir de então, ficam aptos para o casamento.

Via de regra, o ritual não é aberto ao público: por sagrado, é restrito e praticado em lugar afastado e secreto, onde os iniciandos ficam em confinamento, e somente às pessoas qualificadas para tanto é permitido o acesso; é neste ponto que é necessário voltar a atenção para os jagas – ou imbangala – e seus rituais de iniciação.

O povo jaga, ou imbangala

CONT.



Segundo ensina Munanga na obra já citada, vindos da margem direita do rio Cuango, os imbangala – cujo nome parece derivar da raiz umbundu “-vangala”, que significa “ser bravo” e/ou “vagar pelo território” – invadiram o Congo, de onde, em 1568, foram rechaçados.

Mas, portando vínculos culturais com os lunda e os luba, misturaram-se a grupos suku, organizando numerosas chefias; essencialmente guerreiros, quando chegam ao oeste do rio Cuango, vivem em campos fortificados e em permanente pé de guerra.

Um dos seus costumes mais típicos era a incorporação, à sua sociedade, de jovens de ambos os sexos, retirados dos povos por eles vencidos e dominados: assim, o tamanho de suas tropas aumentava rapidamente, o que explica, em parte, a superioridade militar dos jaga sobre seus vizinhos; isto, de tal forma que imprimiram sua marca na história angolana durante meio século!

Para esta mencionada incorporação, realizavam eles rituais voltados a desvincular os jovens de suas linhagens de origem, incorporando-os ao próprio grupo, como se, ali, houvessem nascido; e este ritual era realizado em seus campos sagrados de iniciação, os quilombos.

Portanto os quilombos, a partir dos jagas, ampliam sua função: além de ambientes de iniciação, passam a ser lugares próprios para o ritual de incorporação, a seu grupo, de jovens de outras etnias; e de treinamento para a guerra.

É assim, múltiplos e guerreiros, que os quilombos dão nome aos acampamentos e vilas de resistência na diáspora.

Resta conhecer seus antecedentes históricos sob os imbangala.

Surge o povo novo

O estudo idiomático aponta que, há cerca de dois mil anos, os antepassados dos povos que, atualmente, falam idiomas bantu, iniciaram sua expansão: partiram, provavelmente, do centro da Nigéria, em direção ao sul e sudeste da África.

O conhecimento da metalurgia deve ter facilitado esta expansão: e possível que utilizassem instrumentos de ferro para abrir caminho através da floresta equatorial.

Neste ponto, há que se recorrer ao mito, pois se trata de povos à época sem escrita, onde a tradição oral – com suas possíveis imprecisões e lacunas – era a grande fonte de informação sobre a chamada África Negra.

Com este foco em vista, eis ao mito, segundo Munanga: provavelmente no final do século XVI, o império luba – centro e sudeste do Congo – era governado por Kalala Ilunga Mbidi, cuja morte causa conflitos de sucessão entre os herdeiros do trono; um deles, o príncipe perdedor Kimbinda Ilunga, parte com seus seguidores em busca de novo território.

Já com fome e sem nenhuma provisão, avistam eles uma aldeia: aproximam-se, buscando

CONT.



provisões e descanso; a aldeia era do povo lunda, então governado por Rweej, filha do recém-morto rei; encantada pela beleza e modos nobres de Kimbinda, Rweej casa-se com ele.

Porém, como acontece entre quase todos os povos de cultura bantu, a tradição proibia a rainha de governar durante o ciclo menstrual, já que, por não engravidar neste período e por estar perdendo energia, considerava-se a mulher simbolicamente morta; assim sendo, os tabus diziam que, se governasse, ela poderia contaminar negativamente o povo.

Assim é que, um dia, durante a interdição, a rainha chama seus notáveis e chefes de linhagem e, colocando o bracelete que simboliza o poder em seu marido, o apresenta como novo chefe lunda; é evidente que o casamento da rainha com o estrangeiro, seguido por sua elevação a rei, causa descontentamento não só entre a família real: também algumas camadas da população recusam-se a aceitar o governo do forasteiro luba.

Como consequência, Kinguli, irmão da rainha, leva seus simpatizantes para oeste, onde pretende fundar novo reino, sob sua direção. Isto, no início do século XVII.

Kinguli chega à região ocupada pelos jaga em Angola, e se faz aliado deles; então, adota o quilombo – campo ritual – para a formação e iniciação, também, de jovens guerreiros estrangeiros, que incorpora ao próprio exército; como resultado, consegue espalhar seu povo por toda a região mbundu depois de 1610, chegando mesmo a fundar novos estados, tais como Kalandula, Kabuku, Holo, Kassanje, etc.

É importante ressaltar que a ampliação do uso do quilombo como campo de iniciação aplicável também à admissão de guerreiros conquistados, dá ao termo a conotação de “associação de homens, aberta a todos, sem distinção de pertencimento a qualquer linhagem”; é com esta conotação que ele passa a ser entendido na diáspora.

Ressalte-se que o auge do povo imbangala coincide com as guerras contra Portugal; à época, é este povo comandado por Nzinga, que se tornaria, até por isto, lendária rainha angolana, da qual vem a descender nova etnia, que leva seu nome.

Também se reafirme que é neste sentido, o de guerreiro e de resistência, que o termo quilombo passa para a diáspora, permitindo assumir que, como instituição, ele foi a mais duradoura e efetiva expressão de enfrentamento ao processo escravista, quer no Brasil, quer em qualquer ponto onde a escravidão foi adotada.

Isto porque é ali que o escravizado deixa de ser coisa, animal de carga, objeto de exploração e comércio, retornando a ser gente, ao readquirir sua humanidade.

Confira a pesquisa na íntegra aqui [Quilombos – Estudo de Ademir Barros e Nuno Rebocho](#)

*Coordenador da Câmara de Preservação Cultural do Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – Nucab – da Universidade de Sorocaba – Uniso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

*Vive em Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde) como jornalista, escritor e estudioso das representações culturais africanas.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Aberta inscrição para encontros de povos tradicionais do Sul e Centro-Oeste

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.06.2014

Desde a última sexta-feira (20/06) até o dia 4 de julho, estão abertas as inscrições para a chamada pública que disponibiliza vagas para participação nos Encontros Regionais dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os encontros serão realizados em agosto em Cuiabá (MT) e Curitiba (PR), o de Cuiabá será de 12 a 15 e o de Curitiba, de 25 a 29.

Podem participar da chamada entidades ou instituições que sejam representativas de povos e comunidades tradicionais. Conheça aqui todos os critérios de seleção. As inscrições podem ser feitas pelo email encontropct@mds.gov.br, por meio do envio da ficha de inscrição.

Os encontros têm o objetivo de avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto 6.040/2007, com ênfase no acesso aos territórios e regularização fundiária.

O encontro é promovido pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), formada por representantes do governo e da sociedade civil. A CNPCT é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.



Terra Indígena Buriti: "Governo Federal dá por encerradas negociações com fazendeiros"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.06.2014

Por Patrícia Belarmino, no Correio do Estado

O governo federal trata como encerradas as negociações para a compra de fazendas situadas na chamada [SIC] Terra Indígena Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos de Buriti, conforme reportagem de hoje (25) do jornal Correio do Estado. A quatro dias úteis do fim do prazo para emissão de precatórios a serem pagos pela União, o Ministério da Justiça diz que aguarda apenas a Advocacia-Geral da União (AGU) fazer ajustes na minuta do contrato para "colher assinaturas" e fechar o negócio, no valor de R\$ 80 milhões.

Assessor especial do ministro José Eduardo Cardozo, Marcelo Veiga, que conduz as negociações com fazendeiros, afirmou, na tarde de ontem, que, agora, basta esperar "fechar os detalhes e colher assinatura de quem quiser (vender as terras)". "Nosso objetivo é fechar com todo mundo. Vamos até o limite para convencê-los. A gente tem que atuar sempre dentro dos termos legais e uma exigência que seja fora dos padrões legais não podemos atender", disse.

Conforme a matéria de Patrícia Belarmino, apesar do prazo apertado, o governo acredita que, até o dia 30 de junho, o contrato com fazendeiros estará assinado e os precatórios poderão ser emitidos. Devido a prazos do Orçamento-Geral da União, para serem pagos ainda neste ano, os precatórios devem ser emitidos até 30 de junho. Caso o prazo não seja respeitado, o pagamento fica para 2016. "Nossa expectativa é que vamos conseguir, sim. A gente não recua", garantiu o assessor especial do ministério. As negociações para a compra de fazendas localizadas dentro de 15 mil hectares reivindicados por índios terena nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti começaram no ano passado.



Guarani-Kaiowá e STF: Lewandowski denuncia “novo genocídio”, mas G. Mendes alega que os K-G não estavam lá em 1988. Carmen Lúcia pede vista e adia conclusão de recurso contra demarcação

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.06.2014

Relator, Lewandowski afirmou que está em curso no Brasil “um novo genocídio”, no qual os fazendeiros criminosamente ocupam terras que eram dos índios, os expulsam, e depois recorrem a expedientes jurídicos para postergar o cumprimento do artigo 231 dispositivo da Constituição. Mas Gilmar Mendes preferiu citar Raposa Serra do Sol, alegar que os Guarani-Kaiowá não estavam na região em 1988. [Teriam ido passear?]. Carmen Lúcia pediu vistas. (TP)

STF

O julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087 foi suspenso, por pedido de vista, na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). No processo, Avelino Antonio Donatti, proprietário rural, questiona declaração de sua fazenda como sendo de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká, no Mato Grosso do Sul. Na sessão de hoje (24), o ministro Gilmar Mendes apresentou seu voto-vista, por meio do qual divergiu do relator do processo, ministro Ricardo Lewandowski, que vota no sentido de negar provimento ao recurso. O recorrente busca reverter decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou mandado de segurança lá impetrado.

O ministro Gilmar, em seu voto, deu provimento ao recurso para declarar a nulidade de ato do ministro da Justiça, consubstanciado na Portaria 3.219, de 7 de outubro de 2009. Segundo o ministro, o próprio laudo da Funai aponta que os índios não tinham posse da terra na data da promulgação da Constituição de 1988 (5 de outubro de 1988) e que viveram na região há mais de 70 anos.

Ele considera que, embora a decisão do STF na Petição (PET) 3388, que envolve a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, não tenha efeitos vinculantes, é necessário que a jurisprudência das instâncias ordinárias e do STF se adapte a esse julgado, no qual a Corte estabeleceu uma série de fundamentos e salvaguardas institucionais relativos à demarcação de terras indígenas, como o marco temporal da ocupação (5/10/88) e a necessidade de o processo envolver estado e municípios afetados, entre outros.

“O objetivo principal dessa delimitação foi procurar dar fim às disputas infundáveis sobre terras entre índios e fazendeiros, muitas das quais bastante violentas, como sabemos”, ressaltou. De acordo com o ministro, se ainda assim a União entender que uma aérea deve integrar determinada terra indígena deve desapropriá-la e não invocar historicamente uma posse indígena imemorial para resolver a questão no âmbito de um processo demarcatório, que é excepcional e que tem pressupostos. “A orla de Copacabana certamente foi povoada de índios em algum momento, mas isso não significa que os prédios da Avenida Atlântica possam ser resgatados hoje em favor de alguma etnia”, comparou.



CONT.

Para o relator do processo, ministro Lewandowski, o uso de mandado de segurança exige a presença de direito líquido e certo decorrente de provas incontroversas, e não se presta a debater tema tão complexo como este. "Como bem observado na decisão impugnada, o exame de todas as alegações expostas na exordial da impetração, bem como nas razões recursais, em face da complexidade da discussão que a permeia, não se revela possível sem apreciação adequada do contexto fático-probatório que envolve a controvérsia, inexequível, todavia, nos estreitos limites do mandado de segurança. Isto é matéria a ser decidida nas vias jurídicas apropriadas, como bem decidiu o STJ", enfatizou o relator.

O ministro Lewandowski afirmou que está em curso no Brasil "um novo genocídio", no qual os fazendeiros, criminosamente, ocupam terras que eram dos índios, os expulsam, e depois recorrem a expedientes jurídicos para postergar o cumprimento do dispositivo da Constituição (artigo 231) que reconhece o direito dos índios às terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las. "O parágrafo 4º deste artigo afirma que as terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Observem que são expressões das mais fortes usadas pelos constituintes, no texto constitucional como um todo", enfatizou. De acordo com os autos, a comunidade kaiojá vive na área a ser demarcada desde os anos de 1750-1760, tendo os índios sido desapossados de suas terras nos anos de 1940, por pressão de fazendeiros.

O novo pedido de vista nesse julgamento foi formulado pela ministra Cármen Lúcia, que é relatora de ação originária que trata da área reivindicada pelos guarani-kaiojá.

VP/AD

Processos relacionados

RMS 29087



Mito indígena conta que Macunaíma nasceu no monte Roraima

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 25.06.2014

Os roraimenses pronunciam o nome de seu Estado como "Roráima" (os paulistas dizem "Rorâima").

Também o nome do herói indígena que Mário de Andrade importou para seu romance tem ali uma pronúncia diferente da que o escritor consagrou: onde nasceu, o chamam "Macunáima".

O mito indígena diz que o "herói sem nenhum caráter" habitava o monte Roraima –uma árvore tão grande que chegava até o céu e de seus galhos brotavam todos os frutos imagináveis. Um dia, Macunaíma cortou o tronco, a árvore se espatifou, e os galhos caídos deram origem a árvores frutíferas.

O que restou da árvore é o monte que vemos hoje (com a forma de um tronco cortado).



Rede Globo: matéria sobre criança indígena amarrada na Praça repercute em toda Bahia

SÍTIO SUL BAHIA NEWS, 25.06.2014

As fotos do caso foram mostradas no jornal BA TV da TV Santa Cruz, filiada a Rede Globo. Nesta quarta-feira, a matéria voltou a ser comentada no Jornal da Manhã

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=XGP55qFSvfc

A matéria do Sulbahianews publicada no final da tarde desta terça-feira, 25 de junho, sobre uma criança indígena de aproximadamente 2 anos de idade que foi amarrada na Praça da Bíblia em Teixeira de Freitas e abandonada pelos pais, ganhou repercussão em toda Bahia.

No início da noite, as fotos do caso foram mostradas no jornal BA TV da TV Santa Cruz, filiada a Rede Globo. Nesta quarta-feira, 25 de junho, a matéria voltou a ser comentada no Jornal da Manhã, também da Globo.

A criança foi resgatada pela Polícia Militar e entregue ao Conselho Tutelar. Somente horas depois, os pais do menino foram localizados, após intensas busca da PM e do Conselho Tutelar da Cidade.

Segundo a assistente social, Cirlene Bernardino, os índios são de uma aldeia localizada depois de Machacalis em Minas Gerais. Ainda de acordo com Cirlene, no início da manhã de terça-feira, cerca de 50 índios foram levados de volta para a aldeia, através de um ônibus cedido pela prefeitura.

O casal responsável pelo abandono da criança está entre os índios que não foram localizados e não puderam retornar para a aldeia. Após a ocorrência, eles foram enviados de volta para a Machacalis, o caso foi encaminhado para o Ministério Público.



Indígenas reclamam da falta de sinalização nas rodovias federais de Mato Grosso
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 25.06.2014

A ausência do licenciamento ambiental das duas rodovias federais e a morosidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) estão sendo investigados pela unidade do Ministério Público Federal em Barra do Garças por meio de um inquérito civil público.

As rodovias federais 070 e 158, nos trechos que cruzam Mato Grosso, ainda não possuem licenciamento ambiental. Os problemas decorrentes da ausência do licenciamento, que é requisito para grandes obras, foram discutidos em uma reunião realizada pelo Ministério Público Federal com a Polícia Rodoviária Federal, representantes da Funai, da Superintendência de Assuntos Indígenas do governo do Estado e cerca de 40 representantes indígenas das etnias Xavante e Bororo. Ibama e Dnit foram convidados, mas não enviaram representantes.

A ausência do licenciamento ambiental das duas rodovias federais e a morosidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) estão sendo investigados pela unidade do Ministério Público Federal em Barra do Garças por meio de um inquérito civil público.

Segundo procurador da República Wilson Rocha Assis, o Dnit abriu o processo de licenciamento em 2010 e até hoje não concluiu. "A informação mais recente do Dnit é que o órgão está avaliando se há realmente a necessidade de fazer um estudo sobre os impactos causados aos indígenas que vivem ao longo dos trechos das rodovias", afirmou.

A BR-070 inicia no distrito de Corixa, em Cáceres (MT), até a cidade de Barra do Garças, na divisa com Goiás, e segue até Brasília (DF). A BR 158 começa no Pará, atravessa Mato Grosso e outros cinco Estados até chegar ao Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Nos trechos que atravessam Mato Grosso, as duas rodovias cruzam por cinco terras indígenas das etnias Bororo e Xavante.

As rodovias estão em uso há décadas e até hoje não possuem licenciamento ambiental. A situação gerou um passivo ao longo dos anos que se traduz em impactos significativos, principalmente para as comunidades indígenas. "O prejuízo da falta de licenciamento das duas rodovias é da sociedade brasileira. Os primeiros a sofrerem os impactos são as comunidades indígenas que vivem às margens dessas rodovias, mas todo cidadão que passa por ali é afetado", afirmou o procurador da República Wilson Rocha Assis.

As lideranças indígenas reivindicam a construção de postos de fiscalização, sinalização, faixa e passarelas para pedestres e a fiscalização permanente do Ibama e da Funai. "Se nada for feito por parte do Dnit, nós teremos que tomar as nossas atitudes. Há quatro anos estamos tentando negociar", afirmaram lideranças da Terra Indígena Sangradouro insatisfeitos com a ausência de representantes do Dnit.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 110 / 2014

Brasília, 25 de junho de 2014.

De acordo com o superintendente da PRF em Mato Grosso, Arthur Nogueira, “a inércia de outros órgãos na solução de problemas recaem na Polícia Rodoviária Federal quando, por exemplo, indígenas bloqueiam a rodovia como ato de reivindicação ou acidentes são causados pela falta de sinalização”. Segundo ele, cerca de 400 pessoas morreram em acidentes em rodovias em Mato Grosso em 2013. Em junho de 2014 foram 21 mortes. “Há imprudência dos motoristas, mas não podemos desconsiderar a falta grave de sinalização nas estradas como acontece nas BRs 070 e 158”, indicou Nogueira.

O MPF estuda expedir recomendações ao Dnit para que providencie emergencialmente a adequação da sinalização e outras obras de segurança, além da conclusão do processo de licenciamento ambiental das BRs 070 e 158, que se estende por quatro anos.

Fonte: Só Notícias



Documentário revela como os indígenas utilizam a tecnologia a seu favor

SÍTIO ADITAL, 25.06.2014

As câmeras que antes eram usadas apenas pelo homem branco para filmar e retratar a realidade dos indígenas agora também está ao alcance das tribos e é usada pelos índios para criarem um canal direto de comunicação e identificação entre os povos. O documentário "A guerra por outros meios" revela que os indígenas aprenderam a usar a tecnologia para unir os povos e como instrumento de denúncia de abusos e arbitrariedades contra sua gente.

O documentário mostra que alguns grupos indígenas do Brasil, Chile e Bolívia já se adaptaram ao advento da tecnologia e a usam a seu favor como forma rápida de comunicação, aumentando ainda mais a identificação entre os eles.

Depoimentos de indígenas afirmam que o acesso às câmeras filmadoras e o conhecimento sobre a Internet possibilitam que os índios filmem sua realidade e, sob sua própria ótica, divulguem a cultura indígena de forma correta e não estereotipada.

No documentário, coletivos, como o "vídeo nas aldeias", de um grupo indígena de Olinda (Estado de Pernambuco), afirmam a ideia de apresentar os indígenas à tecnologia digital surge de um ideal de militância política que pretende mostrar o índio como indivíduo que não precisa de tutela para exercer seus costumes e divulgar sua cultura.

Os índios apontam no filme que recebem varias críticas, entre elas a de que usar a tecnologia e viver em contato com homens brancos fariam com que sua identidade fosse perdida. A crítica é rebatida pelos indígenas que afirmam que quando as filmagens e materiais cinematográficos são feitos pelos próprios índios a identidade indígena se fortalece e a Internet se torna uma aliada para ajudar a divulgar seus costumes, solidificar sua cultura e para denunciar o que acontece de errado.

Para assistir ao documentário acesse: <http://vimeo.com/19693255>

La Guerra Por Otros Medios - Comunicación Pueblos Originarios from JOAN PRIM on Vimeo.

Ficha técnica:

Título: A guerra por outros meios

Gênero: documentário

Duração: 1h18 min

Diretores: Cristian Jure e Emilio Cartoy Díaz

Produção: Silvina Rossi

Ano: 2010



FUNAI quer fazer novo contorno na BR 158 e estrada passaria por fazendas

SÍTIO REPORTER DO ARAGUAIA, 25.06.2014

O novo contorno causou alvoroço na região, a população se mostrou preocupada com a possibilidade de que novas reservas sejam demarcadas na região

Prefeitos do Norte Araguaia estiveram reunidos no início do mês de junho em Brasília com a FUNAI e técnicos do DNIT para discutir o asfalto da BR 158 na área onde está a Reserva Indígena Marawatsede. Embora no mapa rodoviário brasileiro a BR 158 esteja toda asfaltada, a realidade no trecho entre Alô Brasil e Luizinho que é cerca de 120 km é bem diferente, o que se encontra é muita poeira, especialmente na época da seca, quando chega o período da chuva, o que incomoda os motoristas são os atoleiros.

Com o decreto da Reserva Indígena Marawtsede a situação que já poderia estar resolvida há muito tempo neste trecho, só piora, já que a FUNAI não dá liberação para que o asfalto seja concluído.

Prefeitos do Norte Araguaia estiveram reunidos no início do mês de junho em Brasília com a FUNAI e técnicos do DNIT para discutir o asfalto da BR 158 na área onde está a Reserva Indígena Marawatsede. Embora no mapa rodoviário brasileiro a BR 158 esteja toda asfaltada, a realidade no trecho entre Alô Brasil e Luizinho que é cerca de 120 km é bem diferente, o que se encontra é muita poeira, especialmente na época da seca, quando chega o período da chuva, o que incomoda os motoristas são os atoleiros.

Com o decreto da Reserva Indígena Marawtsede a situação que já poderia estar resolvida há muito tempo neste trecho, só piora, já que a FUNAI não dá liberação para que o asfalto seja concluído.

Uma das soluções buscadas por algumas autoridades seria o asfalto feito em um desvio, ou contorno da Reserva que passa por Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista saindo no Luizinho, porém o que a FUNAI quer agora é que seja feito um outro contorno. A reportagem conversou com o Prefeito de Serra Nova Dourada que esteve presente na reunião em Brasília, ele revelou que a FUNAI garantiu que não existe requerimentos de novas Reservas e nem ampliação de Reservas Indígenas nas cidades de Alto Boa Vista e Serra Nova Dourada, porém diz que considerou estranho o pedido da FUNAI de fazer um contorno dentro do contorno. "Esse contorno da Reserva já existe, porque já existe a estrada que liga as cidades de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista, o que a FUNAI quer é que se faça uma nova estrada, passando por dentro de fazendas e isso não dá pra entender", explicou o Prefeito Edson Yukio, conhecido como Japonês.

O novo contorno causou alvoroço na região, a população se mostrou preocupada com a possibilidade de que novas reservas sejam demarcadas na região. "Pelo menos nessa reunião a

CONT.



FUNAI garantiu que não há pedidos para criação ou ampliação de novas reservas, e isso deu mais tranquilidade para nós. Eu pelo menos fiquei mais tranquilo. O que se fala é que tudo vai acabar como a Suiá Missú e as coisas não são assim, ali era um processo antigo, e aqui é outra realidade”, explicou Japonês.

A preocupação da população se dá porque existe um boato de que o cemitério indígena dos Xavantes de Marawtsede estaria localizado no município de Serra Nova Dourada o que daria uma espécie de ampliação de Reserva. Mas o Prefeito ainda acredita na aprovação da PEC 215 pelo Congresso, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional o direito de aprovação para criação e ampliação de Reservas seria votado pelos deputados. “Nós acreditamos que a PEC 215 vai ser aprovada, porque os brancos e índios devem ter tratamentos iguais”, explicou.

O Prefeito garantiu que investimentos continuam sendo feitos na região. “Os investidores continuam chegando, e no nosso município pelo menos estamos fazendo o possível para que os investidores tenham respaldo pelo menos em estradas e pontes para escoamento da produção de grãos”, explicou Japonês.

Um novo traçado da BR 158 divide opiniões, para muitos o asfalto deveria seguir o traçado original, os prefeitos das cidades de Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista defendem que o asfalto passe neste novo traçado para a valorização e desenvolvimento das cidades. O que preocupa de fato é o novo contorno, que abriria brecha para a FUNAI fazer novas demarcações.

O impasse sobre a BR 158 deve continuar recentemente o Ministro da Agricultura esteve em Confresa e disse que está se empenhando em asfaltar a estrada, porém não deu detalhes se trabalha para asfaltar o trecho original ou para asfaltar o desvio.

Agência da Notícia com Camila Nalevaiko



Associação de quilombolas cancela reunião sobre demarcação de terras

SÍTIO FOLHA POPULAR, 25.06.2014

A reunião que estava agendada para a manhã de ontem no distrito de Palmas,

para tratar das denúncias de produtores rurais referentes a ameaças sofridas por não concordarem com a demarcação de terras para quilombolas foi cancelada.

O motivo, segundo o presidente da Associação Rural de Quilombolas de Palmas, Vanderlei Alves, foi que apenas dois dos cinco vereadores da Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, requerente do encontro, poderiam estar presentes. Para garantir a presença de todos, a reunião foi remarcada para sexta-feira, às 10h.

O objetivo é dar continuidade à discussão sobre as denúncias. Um primeiro encontro já aconteceu no final de abril, porém sem a presença da associação, que agora terá a oportunidade de debater o assunto.

Por: Maritza Costa Coitinho



Encontros de povos tradicionais abrem inscrições

SÍTIO JORNAL BRASIL, 25.06.2014

Estão abertas as inscrições para a chamada pública que disponibiliza vagas para participação nos Encontros Regionais dos Povos e Comunidades Tradicionais. O prazo se encerra no dia 4 de julho. Os encontros serão realizados em Cuiabá (MT) entre 12 a 15 de agosto, e em Curitiba (PR) entre os dias 25 a 29 do mesmo mês.

Podem participar da chamada entidades ou instituições que sejam representativas de povos e comunidades tradicionais. Conheça os critérios de seleção do evento. As inscrições podem ser feitas pelo emailencontropct@mds.gov.br, por meio do envio da ficha de inscrição.

Os encontros têm o objetivo de avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto 6.040/2007, com ênfase no acesso aos territórios e regularização fundiária.

O evento é promovido pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), formada por representantes do governo e da sociedade civil. A CNPCT é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Fonte: MMA